



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado do Piauí

SELEÇÃO PÚBLICA

Conciliador

Informações Gerais:

- Neste caderno consta um conjunto de OITO PÁGINAS, contendo CINQUENTA questões .
- NÃO ABRA O CADERNO ANTES DE RECEBER AUTORIZAÇÃO DO FISCAL.

Instruções

- Verifique se sua identificação está correta. Se houver erro, notifique o fiscal;
- Nada deve ser escrito ou registrado no cartão-resposta, além de sua assinatura e da marcação das respostas. Para isso, use apenas caneta de corpo transparente, azul ou preta;
- Após ler as questões e escolher a alternativa que melhor responde a cada uma delas, cubra totalmente o espaço que corresponde à letra a ser assinalada;
- As respostas em que houver falta de nitidez ou marcação de mais de uma letra não serão registradas, não pontuando para o candidato;
- O cartão-resposta não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado;
- Não haverá substituição de cartão-resposta.

Caderno de Questões

- Ao receber autorização para abrir este caderno, verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique imediatamente o fiscal.
- O tempo disponível para fazer a prova e preencher o cartão-resposta é de TRÊS HORAS. Nada mais poderá ser registrado após o término desse prazo.
- Ao terminar a prova e a marcação do cartão-resposta, entregue ao fiscal este caderno e o cartão de respostas.
- Nas salas de provas, os candidatos não poderão usar relógio digital, boné ou óculos escuro, nem portar arma de fogo, fumar e utilizar corretores ortográficos.
- Será eliminado da Seleção Pública o candidato que, durante a prova, utilizar qualquer meio de obtenção de informações, eletrônico ou não.
- Será também eliminado o candidato que se ausentar da sala levando consigo qualquer material de prova sem autorização da coordenação do seletivo.

Língua Portuguesa

1. Em qual das frases a crase está sendo utilizada de maneira inadequada ao Novo Acordo Ortográfico?
 - A) Depois de muito viajar, cheguei à casa de meus avós.
 - B) João saiu às três horas.
 - C) Encontramos um barco à deriva.
 - D) Amanda passeia pela fazenda à cavalo.
 - E) Refiro-me à moça que chegou ontem.

2. Na afirmação “Ele é o Presidente, mas quem manda é o Superministro da Economia”, a conjunção mas tem valor:
 - A) aditivo.
 - B) adversativo.
 - C) explicativo.
 - D) conclusivo.
 - E) alternativo.

3. Em qual das orações a partícula se não tem função reflexiva?
 - A) Animou-se.
 - B) Suicidou-se.
 - C) Enganou-se.
 - D) Penteou-se.
 - E) Dominou-se.

4. Identifique e assinale o texto em que ocorreu um desvio de concordância segundo a norma culta da língua portuguesa:
 - A) “Vestiu os artefatos, beijou o filho com ternura e saiu pro último trabalho sobre a Terra.” - Edival Lourenço.
 - B) “Uma gaiola saiu à procura de um pássaro.” - Franz Kafka.
 - C) “Vende-se sapatinhos de bebê nunca usados.” - Ernest Hemingway.
 - D) “Se Eu não acreditar em Mim, quem vai acreditar?” - Marcelino Freire.
 - E) “Alzheimer: conhecer novas pessoas todos os dias.” - Phil Skversky.

Texto para resolver a **questão 05**:

CONTINHO

Era uma vez um menino triste, magro e barrigudinho, do sertão de Pernambuco. Na soalheira danada de meio-dia, ele estava sentado na poeira do caminho, imaginando bobagem, quando passou um gordo vigário a cavalo:

- _ Você aí, menino, para onde vai essa estrada?
 - _ Ela não vai não: nós é que vamos nela.
 - _ Engraçadinho duma figa! Como se chama?
 - _ Eu não me chamo não, os outros é que me chamam de Zé.
- (Paulo Mendes Campos. Crônica 1. São Paulo: Ática, 2002.p.76)

Disponível em:

<https://edinanarede.webnode.com.br/products/texto-continho-paulo-mendes-campos/>

Acesso em 14/05/2019.

5. Assinale a alternativa em que a vírgula foi usada pelo mesmo motivo do verso abaixo:

“E disse: Marvin,
Agora é só você
E não vai adiantar
Chorar vai me fazer sofrer.”

(Nando Reis)

 - A) “Era uma vez um menino triste, magro e barrigudinho, do sertão de Pernambuco.”
 - B) “Na soalheira danada de meio-dia, ele estava sentado na poeira do caminho...”
 - C) “ele estava sentado na poeira do caminho, imaginando bobagem...”
 - D) “imaginando bobagem, quando passou um gordo vigário a cavalo”
 - E) “Você aí, menino, para onde vai essa estrada?”

Redação Oficial

TEXTO PARA A QUESTÃO 6.

1 A Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República aprimorou o Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais – Sidof, com a inserção de novas funcionalidades. Os novos recursos do sistema serão apresentados aos servidores em módulos organizados por esta Subchefia.

2 Tendo em vista a necessidade de ajustes por parte deste departamento, bem como realizar uma tramitação de Documentos Oficiais da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, convido os servidores do Ministério da Fazenda para assistirem à apresentação do primeiro módulo, a ser realizada em 10 de setembro de 2018, às 9h30, no Auditório desta Subchefia.

Modelo apresentando no Manual da Presidência da República, p33, com modificação do 2º parágrafo.

6. Considerando o segundo parágrafo do fragmento do texto, a característica da redação oficial mais comprometida nesse documento é a:
 - A) Formalidade.
 - B) Impessoalidade.
 - C) Coerência.
 - D) Concisão.
 - E) Clareza.

TEXTO PARA RESPONDER A QUESTÃO 7.

2 cm

5 cm

[Nome do órgão]
[Secretaria/Departamento]
[Setor/Entidade]
[Endereço]

OFÍCIO Nº 257/2018/CODOC/CC

Brasília, 3 de março de 2018.

À Senhora
[Nome]
Diretora de Tecnologia da Presidência da República
Palácio do Planalto, Anexo II, Ala B, sala 100
Brasília/DF

Assunto: Criação de sistema.

Senhora Diretora,

3 cm 2,5 cm 1,5 cm

Solicito a criação de *software* para mensurar os índices de produtividade no âmbito desta Coordenação-Geral, de modo a disponibilizar informações gerenciais completas para todos os cadastros, tais como dados quantitativos de tempo de entrada e conclusão de tarefas, por usuário, por equipe, por tipo de ato, além de dados quantitativos e gráficos referentes às tarefas atribuídas e concluídas por usuário em determinado período de tempo e outras informações que possibilitem a produção de relatórios gerenciais, conforme especificação completa em anexo.

Respeitosamente,

(espaço para assinatura)

[NOME DO SIGNATÁRIO]

Min. 2 cm

7. Considerando a estrutura do padrão ofício, que parte do documento apresenta-se incompleto?
- A) Cabeçalho.
B) Identificação do expediente.
C) Local e data do documento.
D) Endereçamento.
E) Identificação do signatário.
8. A versão atualizada do Manual de Redação da Presidência da República traz as seguintes variações dos documentos oficiais, exceto:
- A) ofício circular.
B) ofício conjunto.
C) ofício conjunto circular.
D) memorando circular.
E) estão corretas as variações apontadas em *a, b e c*.
9. Com base no Manual de Redação da Presidência da República, quanto ao vocativo e seu uso, é incorreto afirmar:
- A) é uma invocação ao destinatário e, nas comunicações oficiais, será sempre seguido de vírgula.
B) em comunicações dirigidas aos Chefes de Poder, utiliza-se a expressão Excelentíssimo Senhor ou Excelentíssima Senhora e o cargo respectivo, seguidos de vírgula.
C) na hipótese de comunicação com particular, pode-se utilizar o vocativo Senhor ou Senhora.
D) a forma utilizada por uma instituição para referir-se ao

interlocutor é: beneficiário, usuário, contribuinte, eleitor etc.
E) em comunicações oficiais, não está abolido o uso de Digníssimo (DD) e de Ilustríssimo (Ilmo.).

10. De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, com relação à formatação e apresentação, os documentos do padrão ofício devem obedecer à seguinte formatação, exceto:
- A) a impressão não pode ocorrer em ambas as faces do papel.
B) os textos devem ser impressos na cor preta em papel branco, reservando-se, se necessário, a impressão colorida para gráficos e ilustrações.
C) para destaques deve-se utilizar, sem abuso, o negrito.
D) deve-se evitar destaques com uso de formatação que afete a sobriedade e a padronização do documento.
E) as palavras estrangeiras devem ser grafadas em itálico.

Direto Penal

11. A respeito da aplicação da lei penal, assinale a alternativa correta.
- A) A lei penal não admite retroatividade ainda que para beneficiar o réu.
B) Se um indivíduo menor de 18 anos inicia a prática de um crime permanente e atinge a maioria enquanto não cessada a permanência, aplica-se a legislação penal e não o Estatuto da Criança e do Adolescente.
C) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado após sua vigência.
D) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, desde que o resultado seja próximo ao evento.
E) Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal, embora seja possível a criação de tipos penais por decreto.
12. Considera(m)-se causa(s) extintiva(s) da punibilidade:
- A) A morte do ofendido.
B) Prescrição, decadência e preclusão.
C) Retratação do agente, nos casos em que a lei admite.
D) O perdão judicial, nos casos declarados pelo juiz.
E) A renúncia do direito de queixa ou o perdão aceito, nos crimes de ação pública.
13. Consideram-se crimes falimentares, exceto:
- A) Fraude a credores.
B) Violação de sigilo profissional.
C) Favorecimento de credores.
D) Habilitação irregular de crédito.
E) Desvio, ocultação ou apropriação de bens.
14. De acordo com o Código Penal, considera-se homicídio qualificado, exceto:
- A) Quando cometido com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo individual.
B) Quando cometido mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe.

- C) Quando cometido por motivo fútil.
 - D) Quando cometido à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido.
 - E) Para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime.
15. Falsiane deu ensejo à instauração de investigação policial após imputar à Inocência o crime de sonegação fiscal, mesmo sabendo que ela era inocente. A conduta de Falsiane:
- A) É atípica.
 - B) Configura o crime de comunicação falsa de crime ou de contravenção.
 - C) Configura falso testemunho.
 - D) Configura o crime de calúnia.
 - E) Configura o crime de denúncia caluniosa.

Direito Processual Penal

16. Considerando as disposições do Código de Processo Penal acerca do Inquérito Policial, marque a assertiva correta:
- A) A polícia judiciária será exercida exclusivamente pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições, cuja competência não poderá ser cometida a qualquer outra autoridade administrativa.
 - B) Nos crimes de ação pública, o inquérito policial será iniciado, exclusivamente, de ofício ou mediante requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
 - C) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o Secretário de Segurança Pública.
 - D) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá ser iniciado.
 - E) Nos crimes de ação privada, a autoridade policial poderá proceder a inquérito de ofício ou por quem tenha qualidade para intentá-la.
17. Segundo o CPP, todas as alternativas estão corretas, exceto:
- A) A competência será determinada, em regra, pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
 - B) Na infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pelo local em que for praticado o último ato de execução.
 - C) Se o réu tiver mais de uma residência, a competência firmar-se-á pela prevenção.
 - D) Tratando-se de ação exclusivamente privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda que conhecido o local da infração.
 - E) A competência pela natureza da infração será regulada pelas leis de organização judiciária, salvo a competência privativa do Tribunal do Júri.

18. No que tange às Provas, de acordo com o CPP, marque a alternativa correta:
- A) Quando a infração deixar vestígios, será dispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto.
 - B) Não sendo realizado o exame de corpo de delito, por qualquer motivo, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.
 - C) O acusado que comparecer perante a autoridade judiciária, no curso do processo penal, será qualificado e interrogado na presença de seu defensor, constituído ou nomeado.

- D) Havendo mais de um acusado, serão interrogados conjuntamente.
- E) A confissão será indivisível e retratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.

19. Assinale a alternativa correta, segundo o CPP:

- A) Nos juízos coletivos, não poderão servir no mesmo processo os juízes que forem entre si parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o quarto grau, inclusive.
- B) Ao Ministério Público cabe promover, exclusivamente, a ação penal pública, na forma estabelecida no CPP.
- C) A constituição de defensor dependerá de instrumento de mandato, se o acusado o indicar por ocasião do interrogatório.
- D) O juiz, ouvido o Ministério Público, decidirá acerca da realização das provas propostas pelo assistente.
- E) As prescrições sobre suspeição dos juizes não se estendem aos serventuários e funcionários da justiça.

20. No tocante às citações, intimações e sentença assinale a alternativa errada:

- A) A citação inicial far-se-á por mandado, quando o réu estiver no território sujeito à jurisdição do juiz que a houver ordenado.
- B) Quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado mediante precatória.
- C) O dia designado para funcionário público comparecer em juízo, como acusado, será notificado assim a ele como ao chefe de sua repartição.
- D) A intimação do defensor constituído, do advogado do querelante e do assistente far-se-á por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca, incluindo, sob pena de nulidade, o nome do acusado.
- E) Qualquer das partes poderá, no prazo de 5 (cinco) dias, pedir ao juiz que declare a sentença, sempre que nela houver obscuridade, ambiguidade, contradição ou omissão.

Direito Civil

21. Em relação à classificação dos bens adotada pelo Código Civil, é incorreto afirmar que são:

- A) móveis, os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.
- B) indivisíveis, os que se não podem partir sem alteração na sua substância.
- C) imóveis, os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados.
- D) fungíveis, os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- E) divisíveis, os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam.

22. Acerca do contrato de compra e venda, assinale a alternativa correta:

- A) A fixação do preço pode ser deixada ao arbítrio de terceiro, que os contratantes logo designarem ou prometerem designar. Se o terceiro não aceitar a incumbência, ficará sem efeito o contrato, salvo quando acordarem os contratantes designar outra pessoa.
- B) É vedado às partes fixar o preço em função de índices ou parâmetros, desde que suscetíveis de objetiva determinação.

- C) É anulável o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.
- D) Em qualquer situação, ficarão as despesas de escritura e registro a cargo do comprador, e a cargo do vendedor as da tradição.
- E) Até o momento da tradição, os riscos da coisa correm por conta do comprador, e os do preço por conta do vendedor.

23. Sobre o negócio jurídico, aponte a alternativa errada:

- A) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.
- B) Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.
- C) A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.
- D) Subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição suspensiva, enquanto esta se não verificar, não se terá adquirido o direito, a que ele visa.
- E) É nulo de pleno direito o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou.

24. Acerca da responsabilidade civil no Direito Brasileiro, aponte a assertiva errada:

- A) Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação.
- B) Os juros moratórios fluem desde a citação, em caso de responsabilidade extracontratual.
- C) A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- D) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança.
- E) O credor que demandar o devedor antes de vencida a dívida, fora dos casos em que a lei o permita, ficará obrigado a esperar o tempo que faltava para o vencimento, a descontar os juros correspondentes, embora estipulados, e a pagar as custas em dobro.

25. Sobre o tema dos contratos no Direito Civil Brasileiro é possível afirmar:

- I. A proposta de contrato obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso.
- II. O contrato preliminar deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado, inclusive a forma.
- III. Nos contratos de adesão, são anuláveis as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
- IV. Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato. Os efeitos da sentença que a decretar retroagirão à data da citação.
- V. A oferta ao público equivale a proposta quando encerra os requisitos essenciais ao contrato, salvo se o contrário resultar das circunstâncias ou dos usos.

- A) Somente as assertivas I e V estão corretas.
- B) Somente as assertivas II e IV estão corretas.
- C) Somente as assertivas I, II, IV e V estão corretas.
- D) Somente as assertivas I, IV e V estão corretas.
- E) Todas as assertivas estão corretas.

Processo Civil

26. De acordo com o Código Processo Civil vigente, é correto afirmar sobre as regras de competência:

- A) Para ação fundada em direito real, em regra, será competente o foro da situação da coisa, móvel ou imóvel.
- B) A incompetência relativa não pode ser alegada pelo Ministério Público nas causas em que atuar.
- C) Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, mesmo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.
- D) As partes podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações.
- E) A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é derogável por convenção das partes.

27. Sobre as tutelas provisórias estabelecidas no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- A) A tutela de urgência de natureza antecipada será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, ainda que exista perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
- B) A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, só podendo ser revogada por ocasião da sentença.
- C) A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.
- D) No pedido de tutela cautelar antecedente, o réu será citado para contestar no prazo de 15 (quinze) dias.
- E) A tutela de urgência de natureza antecipatória pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens e registro de protesto contra alienação de bem.

28. Considere as seguintes afirmativas acerca do tema da audiência de conciliação ou de mediação no seio do Código de Processo Civil. Assinale o item correto:

- A) O conciliador atuará apenas nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes, podendo sugerir soluções para o litígio, mas não impor a conciliação.
- B) Os conciliadores e mediadores judiciais devidamente registrados no cadastro do Tribunal de Justiça, se advogados, não terão nenhuma restrição ou impedimento para o exercício de suas atividades, já que as atividades de solução consensual dos conflitos caracterizam múnus público e de interesse social.
- C) A audiência prévia de tentativa de autocomposição deve ser dispensada nos casos em que se discutam direitos indisponíveis, tais como as ações envolvendo investigação de paternidade, divórcio e alimentos.
- D) A pauta das audiências de conciliação ou de mediação será organizada de maneira a respeitar o intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos entre o início de uma e o início da seguinte.
- E) Poderá haver mais de uma sessão destinada à conciliação e à mediação, não podendo exceder a 2 (dois) meses da data de realização da primeira sessão, desde que necessárias à composição das partes.

29. No tocante à execução de alimentos, é correto afirmar:

- A) O débito alimentar que autoriza a decretação da prisão civil do alimentante é o que compreende até as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo.
- B) A prestação alimentícia não poderá ser fixada tomando por base o salário-mínimo.
- C) O cumprimento da pena exime o executado do pagamento das prestações vencidas e vincendas.
- D) A prisão do executado será decretada pelo período de 1 (um) a 3 (três) meses e será cumprida em regime semiaberto.
- E) A decisão não poderá ser protestada, se houver a decretação da prisão do devedor.

30. Sobre o tratamento que o Código de Processo Civil dá aos honorários advocatícios e à gratuidade da justiça, assinale a afirmativa incorreta:

- A) A gratuidade da justiça não se estende aos honorários contratuais devidos ao advogado particular contratado.
- B) Os honorários serão devidos quando o advogado atuar em causa própria.
- C) A assistência do requerente por advogado particular impede a concessão de gratuidade da justiça.
- D) Os advogados públicos perceberão honorários de sucumbência, nos termos da lei.
- E) Havendo transação e nada tendo as partes disposto quanto às despesas, estas serão divididas igualmente.

Direito Constitucional

31. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, exceto:

- A) Garantir os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- B) Garantir o desenvolvimento nacional.
- C) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- D) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- E) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.

32. Sobre os direitos individuais, assinale a alternativa incorreta.

- A) É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.
- B) É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
- C) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
- D) São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- E) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, em ambos os casos, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

33. São órgãos do Poder Judiciário, exceto:

- A) O Supremo Tribunal de Federal.
- B) O Conselho Nacional de Justiça.
- C) O Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Federais de Recurso e Juizes Federais.
- D) O Superior Tribunal de Justiça.
- E) Os Tribunais e Juizes do Trabalho, os Tribunais e Juizes Eleitorais, os Tribunais e Juizes Militares, e os Tribunais e Juizes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

34. De acordo com o art. 5º, da Constituição Federal, a individualização da pena será regulamentada por lei, sendo incorreto afirmar que, em nenhuma hipótese, será tolerada pena:

- A) cruel.
- B) de caráter perpétuo.
- C) de trabalhos forçados.
- D) de banimento.
- E) de morte.

35. Sobre a súmula vinculante, marque a alternativa correta:

- A) O Supremo Tribunal Federal não pode editar, de ofício, súmula vinculante.
- B) Vincula o Poder Legislativo no que tange ao exercício da sua função típica.
- C) A edição, o cancelamento e a revisão de súmulas vinculantes têm de ser aprovados pela maioria absoluta dos ministros do STF.
- D) Terá efeito vinculante em relação aos órgãos do poder judiciário, incluindo o próprio STF.
- E) A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

Direito Administrativo

36. Os poderes administrativos representam instrumentos que utilizados, isolada ou conjuntamente, permitem à administração cumprir suas finalidades. A respeito desses poderes assinale a alternativa correta.

- A) Somente derivam do poder hierárquico as sanções disciplinares aplicadas aos servidores públicos que pratiquem infrações funcionais.
- B) As sanções administrativas aplicadas a um particular que tenha celebrado um contrato administrativo com o poder público e incorra em alguma irregularidade na execução desse contrato, tem fundamento no poder hierárquico e não no poder disciplinar.
- C) A atividade de polícia administrativa é exercida diretamente sobre as pessoas, ao passo que a polícia judiciária é exercida sobre atividades privadas, bens ou direitos.
- D) A doutrina tradicional aponta três atributos ou características resultantes de seu regular exercício: presunção de legitimidade, imperatividade e autoexecutoriedade.
- E) O abuso de poder desdobra-se em duas categorias consagradas, a saber: excesso de poder e desvio de poder. Esta última caracterizada quando o agente público atua fora dos limites de sua esfera de competências.

37. A respeito da Responsabilidade Civil da Administração e do Processo Administrativo na Administração Pública Federal, assinale a alternativa correta.
- A) Segundo a teoria do risco administrativo, o dever de o Estado indenizar o dano sofrido pelo particular somente existe caso seja comprovada a existência de falta do serviço.
- B) De acordo com a teoria do risco integral, basta a existência do evento danoso e do nexo causal para que surja a obrigação de indenizar para o Estado, sem a possibilidade de que este alegue excludentes de sua responsabilidade. No caso brasileiro, nossa doutrina e jurisprudência não reconhecem nenhuma hipótese de responsabilidade civil baseada no risco integral.
- C) Conforme entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal, a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.
- D) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em três anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- E) A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos. Podem ser objeto de delegação a decisão de recursos administrativos e a edição de atos de caráter normativo.
38. Acerca das disposições sobre recurso administrativo, assinale a alternativa falsa:
- A) O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias, o encaminhará à autoridade superior.
- B) Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo.
- C) O não conhecimento do recurso impede a Administração de rever de ofício o ato ilegal, ainda que não ocorrida preclusão administrativa.
- D) Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.
- E) Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção.
39. No tocante aos atos administrativos, marque a alternativa errada:
- A) Competência, finalidade, forma, motivo e objeto são considerados os requisitos de validade de um ato administrativo.
- B) A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vícios de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, independentemente de direitos adquiridos.
- C) A administração controla seus próprios atos em toda plenitude, isto é, sob aspectos de legalidade, de oportunidade e de conveniência, exercendo, assim, a autotutela.
- D) A revogação gera efeitos *ex nunc* a partir da sua declaração.
- E) A anulação - invalidação de um ato ilegítimo e ilegal, realizada pela Administração ou pelo Judiciário - gera efeitos *ex tunc* retroagindo à data de início dos efeitos do ato.
40. Marque a alternativa errada de acordo com a legislação administrativa:

- A) A conduta dolosa ou culposa, o dano e o nexo de causalidade são considerados requisitos genéricos para a responsabilização administrativa.
- B) Os Conciliadores não são ocupantes de cargo público. São classificados como particulares em colaboração com o poder público, já que nessa espécie de agente público, inexistente vínculo com o Estado.
- C) Os Órgãos classificam-se, quanto à atuação funcional, em órgãos simples e compostos. O primeiro caracteriza-se pela existência de apenas um centro de competência. Já os compostos, são detentores de vários centros de competência.
- D) O meio pelo qual a Administração Pública dispõe de poder para distribuir e escalonar as funções dos órgãos públicos, estabelecer a relação de subordinação entre seus agentes e ordenar e rever a atuação de seus agentes é através do poder hierárquico.
- E) A descentralização de determinado serviço público, ainda que para entidades particulares, não retira o caráter público do serviço, pois transfere tão somente a execução do serviço.

Direito do Consumidor

41. No que se refere à possibilidade da inversão do ônus da prova, no âmbito do Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que:
- A) a inversão do ônus da prova poderá favorecer o fornecedor, dado o princípio da isonomia aplicado às relações de consumo que forem abordadas em juízo.
- B) Na análise do deferimento da inversão do ônus da prova, o juiz deve se basear nos termos da lei, sem levar em consideração as suas máximas de experiência.
- C) A inversão do ônus da prova só poderá ser concedida se cumulativamente as alegações do consumidor forem verossímeis e ele for considerado hipossuficiente.
- D) Em todas as ações relativas aos direitos do consumidor o juiz tem a obrigação de conceder a inversão do ônus da prova.
- E) A concessão do deferimento da inversão do ônus da prova ficará a critério do juiz, quando o direito debatido for verossímil ou o consumidor hipossuficiente.
42. Não se enquadra na noção de fornecedor, segundo o disposto no art. 3º, do CDC, e de acordo com o entendimento doutrinário e jurisprudencial:
- A) Pessoa física.
- B) Empresário irregular.
- C) Empresário falido.
- D) Igreja que celebra missa e solicita dízimo.
- E) Ente despersonalizado.
43. O trecho inicial do parágrafo 2º, do art. 3º, do CDC, informa que "serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo mediante remuneração". Sobre o critério "remuneração" adotado na noção de serviço, assinale a alternativa correta:
- A) Necessário que haja pagamento direto pelo consumidor.
- B) Necessário que o fornecedor informe qual o custo do serviço que será pago indiretamente pelo consumidor.
- C) Necessário que o consumidor seja informado expressamente que não haverá responsabilidade do fornecedor.
- D) Não envolve os serviços gratuitos prestados por mera cortesia do fornecedor.
- E) Independe de haver pagamento direto pelo consumidor, bastando que se constate que há um custo pela manutenção do serviço.

44. Acerca da inversão do ônus da prova adotada pelo CDC, assinale a alternativa correta:
- A) É admissível sempre que houver uma relação de consumo.
 - B) Somente pode ocorrer nas hipóteses de verossimilhança da alegação ou hipossuficiência do consumidor ou, ainda, quando expressamente prevista em lei, situações estas reconhecidas pela doutrina como inversão legal do ônus da prova.
 - C) Somente pode ocorrer nas hipóteses cumulativas de verossimilhança da alegação e vulnerabilidade do consumidor.
 - D) O CPC-2015 adotou as mesmas regras de inversão do ônus da prova previstas no CDC-1990.
 - E) É possível a inversão do ônus da prova tanto em favor do consumidor, quanto em favor do fornecedor, cabendo ao julgador verificar qual parte dispõe das melhores condições de se desincumbir do ônus *probandi*.
45. De acordo como entendimento sumulado do STJ assinale a alternativa correta.
- A) A inscrição do nome do devedor pode ser mantida nos serviços de proteção ao crédito até o prazo máximo de três anos, independentemente da prescrição da execução.
 - B) É indispensável o aviso de recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negatização de seu nome em bancos de dados e cadastros.
 - C) Cabe ao credor a notificação do devedor antes de proceder à inscrição do seu nome nos cadastros de proteção ao crédito.
 - D) Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, cabe indenização por dano moral, independente da existência de outra legítima inscrição.
 - E) Incumbe ao credor a exclusão do registro da dívida em nome do devedor no cadastro de inadimplentes, no prazo de cinco dias úteis, a partir do integral e efetivo pagamento do débito.

Juizado Especial Cível e Criminal

46. Na ótica do FONAJE, qual a providência a ser adotada pelo conciliador diante da ausência injustificada do autor do fato à audiência preliminar criminal?
- A) Nova intimação, com advertência de desobediência.
 - B) Propor diretamente a transação penal.
 - C) Vista dos autos ao Ministério Público para o procedimento cabível.
 - D) Nomear defensor e receber a denúncia.
 - E) Proceder com o arquivamento do feito.
47. Leia as assertivas abaixo, que fazem referência a entendimento do FONAJE.
- I - O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto.
- II - São cabíveis a tutela acautelatória e a antecipatória nos Juizados Especiais Cíveis.
- III - Não é admissível pedido contraposto no caso de ser a parte ré pessoa jurídica.
- IV - A contestação poderá ser apresentada até a audiência de Instrução e Julgamento.
- A alternativa que avalia corretamente as afirmações acima

dispostas é:

- A) Apenas uma das assertivas está correta.
 - B) Duas assertivas estão corretas.
 - C) Três assertivas estão corretas.
 - D) Todas as assertivas estão corretas.
 - E) Todas as assertivas estão incorretas.
48. Diante da Lei 9.099/95, nos juizados especiais cíveis, é correto afirmar:
- A) Os embargos de declaração não interrompem o prazo para a interposição de recurso.
 - B) Das sentenças neles proferidas caberá recurso de apelação.
 - C) O processamento da ação perante o Juizado Especial Estadual é obrigatório ao autor, não podendo ajuizar sua demanda perante a Justiça Comum.
 - D) É cabível recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais.
 - E) Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz.
49. Com base na Lei 12.153/2009, que dispõe sobre o Juizado Especial da Fazenda Pública, é correto afirmar:
- A) O juiz poderá, de ofício, deferir providências cautelares e antecipatórias, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação.
 - B) Os representantes judiciais dos réus presentes à audiência não poderão conciliar ou transigir.
 - C) O pagamento de obrigação de pequeno valor deverá ser feito no prazo máximo de 90 dias, a contar da entrega da requisição do juiz.
 - D) A sentença se submete ao reexame necessário.
 - E) É facultado à parte autora escolher entre litigar no Juizado Especial da Fazenda Pública ou na Justiça Comum.
50. Com base na Lei n. 9.099/1995 e suas alterações, assinale a alternativa correta, quanto ao recurso cabível contra a decisão que rejeita queixa oferecida perante o Juizado Especial Criminal por crime de pequeno potencial ofensivo, bem como seu prazo para interposição e oferecimento das razões recursais:
- A) Recurso em sentido estrito, a ser interposto em 5 dias, com 8 dias para posterior oferecimento das razões recursais.
 - B) Recurso em sentido estrito, a ser interposto em 5 dias, já acompanhado das razões recursais.
 - C) Apelação, a ser interposta em 5 dias, com 8 dias para posterior oferecimento das razões recursais.
 - D) Apelação, a ser interposta em 10 dias, já acompanhada das razões recursais.
 - E) Recurso inominado, a ser interposto em 10 dias, para posterior oferecimento das razões recursais.